



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

## **O PRESSUPOSTO DA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE PORTUGAL/BRASIL.**

**JOSELITA OLIVIA DA SILVA MONTEIRO<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente estudo aborda, com base no materialismo histórico-dialético e com recurso da pesquisa bibliográfica, o processo de renovação do Serviço Social ocorrido em Portugal e no Brasil. Constituindo seu objetivo, assimilar como o contato com o marxismo no caso das duas experiências, condicionou de maneiras específicas o pressuposto da renovação profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Marxismo. Renovação profissional. Portugal. Brasil.

### **ABSTRACT**

The present study discusses, based on historical-dialectical materialism and using bibliographical research, the process of renewal of Social Service that occurred in Portugal and Brazil. Constituting its objective, assimilating how contact with Marxism in the case of the two experiences, conditioned the assumption of professional renewal in specific ways.

**Keywords:** Social Work. Marxism. Professional renovation. Portugal. Brazil.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo visa situar os elementos que influenciaram o processo de renovação do Serviço Social, nas especificidades de Portugal e do Brasil, especialmente, quando em âmbito mundial se assiste a grandes transformações do ponto de vista da sociabilidade capitalista. Isto posto, “o estágio imperialista, que se gestou nas últimas três décadas do século XIX e, experimentando transformações significativas, percorreu todo o século XX e se prolongou na entrada do século XXI” (Netto; Braz, 2008, p. 179). Assim, este estudo, cuja fundamentação se

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

deu com base na pesquisa bibliográfica e amparada no materialismo histórico-dialético, situa o processo de renovação do Serviço Social em Portugal e no Brasil, no contexto dos anos 1960 - 1970, quando uma das premissas é a ocorrência da recusa e crítica ao tradicionalismo profissional.

Inicialmente, busca-se esclarecer o contexto histórico que gesta o movimento de renovação no Serviço Social português, cujo percurso é efetivado por uma interlocução com as Ciências Sociais, com o Marxismo e com o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, destacando o fato de tanto a institucionalização da profissão em Portugal, correspondente às tendências de sua inserção no mundo, quanto a sua renovação terem ocorrido no período da ditadura fascista. (Martins, 2021).

Seguidamente, apresenta-se a discussão que norteia o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, explicitando-se que os impactos da Reconceituação, como elemento que constitui o processo de renovação do Serviço Social, com exceção da experiência de Belo Horizonte, reduziu-se à incorporação de vetores desenvolvimentistas. Chama atenção ainda para o fato de que a inserção do Serviço Social no circuito acadêmico se dá na ocasião do período da ditadura militar e resguardar de algum modo relação com esse fato.

Com base nesse pressuposto, a análise da renovação nesses dois países leva em consideração que em ambos, na formação profissional, há uma influência cristã, católica e franco-belga. Apesar das semelhanças, o desenvolvimento do processo de renovação do Serviço Social em Portugal e no Brasil teve trajetórias peculiares a sua conjuntura econômica, política e social, conforme se busca demonstrar a seguir.

## **I. O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL.**

A institucionalização do Serviço em Portugal se deu entre os anos 1930 e 1950, no contexto de um quadro político ditatorial, com a abertura da primeira escola de Serviço Social em 1935, Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL), posteriormente denominado Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL), e a segunda, em 1937, a Escola Normal Social de Coimbra, que em 1969 passa a ser designado Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Mesmo se tratando de Escolas privadas, a intervenção do Estado controlava a formação dos profissionais de modo que estas escolas “mantivessem uma adesão incondicional aos seus princípios ideológicos e à concretização dos seus projetos políticos”. (MARTINS, 1995, p. 30).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Segundo Martins (2016), a referida institucionalização “ocorreu em plena ditadura Salazarista que só vem a ser derrubada em 1974. Portanto, dos 81 anos de formação em Serviço Social em Portugal, 39 foram em pleno período de ditadura fascista”. (Martins, 2016, p. 325). Cumpre destacar que o mais longo regime autoritário na Europa Ocidental durante o século XX, a Ditadura Nacional (1926-1933) e o Estado Novo de Salazar e Marcello Caetano (1933-1974)<sup>3</sup>, resultaram, conjuntamente, no mais longo regime autoritário na Europa Ocidental, dado por um período de 48 anos.

A segunda metade do século XIX é o cenário da instituição do Serviço Social em nível internacional, no contexto do desenvolvimento capitalista e, nessa direção, a construção do Serviço Social português faz-se a partir:

“(…) das relações Estado-Igreja e da confluência destes dois processos, de sentidos opostos, a Questão Social e Questão Religiosa, que estiveram na base da gênese e emergência de profissões médico-sociais, e em diversas propostas para instituir o Serviço Social em serviços públicos e privados. (Martins, 2010, p. 22).

Com isso, na lógica que versa sua origem, “o Serviço Social tornou-se instrumento de concretização das ideias reformistas do projeto político de educação nacional – Deus, pátria e família”. (Carvalho; Pinto, 2005, p.69). Sendo em Portugal, reconhecido como “nova profissão” através do Decreto-lei nº 3.135, de 14 de dezembro de 1939. Portanto, a recristianização da sociedade portuguesa, no período do Estado Novo, sob influência dos valores da Igreja, determina a institucionalização do Serviço Social português, assim como, a criação das escolas que efetivam, conseqüentemente, a consolidação do mercado de trabalho às Assistentes Sociais. (Martins, 1995).

Somente entre 1960 e 1970, a profissão passa a ter outro significado dado o desenvolvimento capitalista. Nesse momento, a renovação do Serviço Social português, inicialmente de feição modernizadora, se aproxima das experiências de desenvolvimento comunitário e da ideologia desenvolvimentista, ocorridas no país. Sobre o processo de renovação, Martins (2021) contextualiza da seguinte maneira:

No início de 1970, emergiu paralelamente um processo de renovação de feição crítica no Serviço Social, com expressões de pluralismo, com o envolvimento de assistentes sociais na oposição, na resistência antifascista, anticolonialista e no movimento sindical. A queda da ditadura e o processo revolucionário contra o capitalismo, por uma sociedade socialista, fortaleceram o movimento de renovação crítica. (Martins, 2021, p. 347).

<sup>3</sup> “No contexto internacional da Guerra Civil de Espanha, do fascismo e do nazismo, Salazar pretende concretizar uma alternativa à Assistência Social e ao Serviço Social que vinha sendo feito noutros países que, na sua opinião, levava ao comunismo”. (MARTINS, 1995, p. 28).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A configuração da renovação profissional se dá a partir de procedimentos diferentes daqueles que caracterizam a sua origem, sendo revistas assim, a legitimação prática e as suas matrizes teóricas. Portanto, é entre 1960 e 1970, no bojo dos movimentos contestatórios à ditadura e ao capitalismo, que o Serviço Social português estabelece uma interlocução com as Ciências Sociais, com o marxismo e com o Movimento de Reconceituação Latino-Americano (1965 – 1975). (Martins, 2021).

Assim, impulsionado pela intensificação das lutas populares, de que uma das características é a oposição ao tradicionalismo profissional, que se efetiva o Serviço Social crítico em Portugal. É na luta antifascista, anticolonialista e no movimento sindical que se fortalece o movimento de renovação crítica:

Sustentados na pedagogia do brasileiro Paulo Freire, também participam de processos de alfabetização de adultos e conscientização, encetando um debate sobre questões nacionais, associado ao caráter de denúncia da situação do país. Igualmente, esse projeto de profissão expressa a participação de assistentes sociais no movimento sindical, tornando-se campo de luta política pela liberdade sindical, desenvolvendo cumplicidades com as lutas de outros trabalhadores, rompendo com o isolamento e ultrapassando o medo, manifestando solidariedade e exigindo justiça para com Assistentes Sociais presas, perseguidas e alvo de repressão. (Santos; Martins, 2016, p. 326).

No curso dessas transformações, em 1961 a formação de Serviço Social é reconhecida e inserida no ensino superior “num período que só uma minoria entrava na universidade”. (Martins, 2021, p 351). Como matriz teórico-metodológica, a inspiração positivista do Serviço Social estadunidense fora divulgada no país, em 1950, e incorporada em 1960, não sem críticas uma vez que afirmavam a neutralidade da profissão.

Conforme esclarece Martins (2021), ainda sobre a questão da formação, “os três institutos de Serviço Social do ensino privado em 1961, 1962 e 1964 propõem ao Ministério da Educação alterações no plano de estudo de quatro anos no sentido de reforçar a formação em Serviço Social e em Ciências Humanas e Sociais”. (Idem, p. 351). Nessa mesma direção, o curso de Serviço Social no ensino Público do Instituto Superior de Ciências Sociais Política Ultramarina (ISCSPU), da Universidade Técnica de Lisboa, também teve a proposta negada.

Tal condição, de rejeição da ditadura às Ciências Sociais e a investigação, se deve ao fato de suas implicações político-sociais serem vistas como “perigosas”, assim, são extintos por essa ditadura, o curso complementar de Serviço Social do ISCSPU, sendo impedida a realização de provas de doutoramento em Serviço Social, assim como, o encerramento de outros cursos de

Ciências Sociais. No reforço de sua lógica, a ditadura circunscrevia à universidade a uma autonomia limitada:

Pelo princípio da nomeação governamental das autoridades acadêmicas, com condicionamento político no acesso à carreira docente universitária e à investigação, sujeita ao crivo da censura e à exclusão dos estudantes dos órgãos de gestão. Se os despedimentos de professores eram uma faceta das liberdades na universidade, as associações de estudantes, ao reivindicarem direitos, liberdades e ideias de transformação social a partir da universidade, foram alvo de repressão, com mandatos de prisão, violências praticadas sobre os presos e incorporações forçadas no serviço militar para a guerra colonial durante crises acadêmicas dos anos 1960. (GARRIDO apud MARTINS, 2021, p. 353).

Ainda assim, houve a insistência no âmbito dos Institutos Superiores de Serviço Social – ISSS em manterem internamente os espaços de autonomia político-pedagógica, contudo, diante das dificuldades financeiras e da ausência de estruturação da carreira docente essa condição não se efetivou.

É somente nos anos 1970 que, no ISSS de Lisboa, “à designação das disciplinas de Serviço Social foi acrescida a referência ‘teoria e prática’, integrando novas disciplinas: Teoria Geral do Serviço Social, Planificação Social, Administração dos Serviços Sociais” (Martins, 2021, p. 354). Igualmente se consolidou a formação prática para estagiários no quarto ano, “com a criação dos ‘grupos de estudo e prática’ e das reuniões de coordenação e síntese’.” (Idem, p. 354).

O movimento e as lutas dos ISSS nos termos da autonomia pedagógica e da liberdade, dado sob a circunscrição da ditadura, caracteriza a aproximação do Serviço Social português com o Movimento de Reconceituação Latino-Americano.

É assim que em 1973, a então neutralidade do Serviço Social oriunda da metodologia norte-americana positivista, passa a ser tensionada, com base no pensamento crítico, seja pelo diálogo entre cristianismo e marxismo, seja pela pedagogia de Paulo Freire. “Nos anos 1960 e 1970, algumas experiências profissionais diferenciavam-se das práticas tradicionais, como fonte de crítica por meio do trabalho desenvolvido em projetos de Desenvolvimento Comunitário e em processos de alfabetização de adultos”. (Martins, 2021, p. 354).

Daquele modo, é ainda em 1973, que se estabelece as primeiras interlocuções de Portugal com o Movimento de Reconceituação Latino-Americano expresso no posicionamento ético e político do Serviço Social negador dos pressupostos teórico-metodológicos tradicionais. (Idem, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Semelhante ao que acontece no Brasil, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais CBAS, conhecido como "Congresso da Virada", ocorrido num contexto histórico marcado ainda pela luta contra a ditadura e em defesa da abertura democrática, se demarca uma ruptura com o conservadorismo profissional, expresso na circunstância em que uma mesa formada por militares é destituída e substituída por membros sindicalistas e da classe trabalhadora, em Portugal, dada a abertura às Ciências Sociais, em que um cargo de diretor do ISSSL era ocupado por um sociólogo, um grupo de professores proibidos de lecionar na universidade foi convidado a retornar a este espaço na condição de professores.

A aproximação do Serviço Social com o marxismo, tem como marco os últimos anos da ditadura em que a neutralidade do Serviço Social é contraposta com base na reflexão sobre a importância política do trabalho social. É no decurso do processo revolucionário, que sujeitos do movimento de renovação crítica, passam a reivindicar a integração do Serviço Social às Universidades públicas: "Na manifestação de estudantes, professores e funcionários dos ISSS e profissionais do SNPSS junto ao Ministério, em janeiro de 1975, as palavras de ordem eram 'integração ou morte', 'contra o serviço social' ao serviço do capital'." (Santos; Martins, apud, Martins, 2021, p. 359).

Nesta esteira, em julho de 1976 são criados, por meio da determinação do Ministério da Educação, cursos de bacharelado em Intervenção Social, com duração de quatro anos, nas Universidades do Porto, de Coimbra e na Universidade Técnica de Lisboa. Ainda conforme entende Martins (2021):

Mudanças nos conteúdos formativos, no acervo bibliográfico, na concepção e organização dos estágios representaram, quiçá, sinais de uma intenção de ruptura com o Serviço Social de feição tradicional, empirista, positivista, assistencialista, conservador e neutro. (MARTINS, 2021, p. 360).

Apesar desse percurso e da tentativa de aproximação do serviço social português com as determinações do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, assim como na ocorrência dos países que impulsionou tal movimento, o processo de renovação crítica do Serviço Social, projetado na transição para o socialismo, não se efetivou. Ademais, ocorreu a reatualização do conservadorismo no enfrentamento ao pensamento crítico e a efetivação dos mesmos equívocos que incorreu a Reconceituação na América Latina, qual seja, da leitura marxista ocasionada pela ausência de Marx.

Definida por diferentes condições sócio-históricas e mudanças sociais específicas de cada país, a Reconceituação não teve, conforme afirma Netto (2005), um sentido único. Para o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

autor, o desenvolvimento do processo de renovação crítica do Serviço Social, conforme veremos a frente, condicionou o questionamento global da profissão, de seus fundamentos teóricos, da direção sociopolítica profissional e de sua intervenção.

Em que pese o Movimento de Reconceitualização contribuir com a denúncia e o confronto ao tradicionalismo e demais questionamentos societários, ele não se apresenta como um movimento unitário ou homogêneo. Ferreira (2021, p. 323) reflete que em Portugal esse movimento, “embora não haja [sic] tido manifestações ativas impulsionadoras de ações na linha do movimento original da América Latina. Talvez por isso as referências e influências do Movimento sejam pontuais e dispersas em textos que lhe conferem centralidade”.

Na realidade de Portugal, o fato de o Serviço Social não ter uma produção científica própria, ocasionada pela ausência de condições acadêmicas e precisamente científicas de analisar sua própria trajetória, influenciou seus limites na relação com a Reconceitualização e, por conseguinte, com a renovação.

Além disso, a crise do processo de renovação do Serviço Social português se aprofunda com a integração deste país à União Europeia, com a queda do muro de Berlim, com o fim do socialismo real e do neoliberalismo. Contudo, constata-se que a relação com a PUC-SP, entre 1980 e 1990, possibilita um novo processo de renovação do Serviço Social português, que inclusive passa a ser contestado pelo atual (neo) conservadorismo, assim como, pela investida pós-moderna.

## **2. O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.**

O surgimento do Serviço Social vincula-se a demandas históricas que incidem sobre o enfrentamento da “questão social”<sup>4</sup> por parte do Estado e das classes dominantes no contexto do capitalismo monopolista. Este surgimento se dá na primeira metade do século XX com bases mais doutrinárias que científicas no âmbito de um movimento reformista conservador (Iamamoto, 2008). O conservadorismo neste período é evidenciado na formação profissional, no projeto social da

---

<sup>4</sup> Entende-se com Pimentel e Costa que a questão social, originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador, tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos, de forma organizada, oferecem resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores para o capital. No percurso do desenvolvimento do capitalismo atravessados por lutas sociais entre capital e trabalho constituem-se respostas sociais mediadas ora por determinadas organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital (PIMENTEL; COSTA, 2002, p.7).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Igreja Católica e nos pressupostos neotomistas<sup>5</sup> e positivistas, que influenciavam a profissão de forma diversa. As determinações históricas de sua existência são mediadas pelas necessidades dadas na relação entre o capital e o trabalho posta no capitalismo monopolista.

As mudanças efetivadas no interior do Serviço Social no Brasil e em outros países latino-americanos, precisamente de recusa e crítica ao conservadorismo profissional, estão relacionadas, sobretudo, ao longo período de ditadura militar, precisamente de 1964 a 1985. Período marcado pela intensificação da exploração da força de trabalho, no contexto da alteração da divisão internacional do trabalho, em que, conforme esclarece Netto (2008), sob a hegemonia norte-americana, os centros imperialistas “patrocinaram, especialmente no curso dos anos 60, uma contrarrevolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social)”. (Idem, p. 16).

Ainda conforme explica o autor, a crítica ao conservadorismo do Serviço Social não surgiu repentinamente. Na verdade, desde a segunda metade dos anos 60 aquele conservadorismo já era objeto de problematização. Assim, à transição dos anos 60 aos 80 situou esta problematização “num nível diferente na escala em que coincidiu com a crise da ditadura brasileira, exercida, desde 1º de abril de 1964, por uma tecnoburocracia civil sob a tutela militar a serviço do grande capital”. (Netto, 2008, p. 9).

A reorganização do Estado e às profundas modificações na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital “ferem o Serviço Social, não exclusiva, mas especialmente, em dois níveis, imbricados, porém diferenciados por especificidades: o da sua prática e o da sua formação profissional”. (Netto, 2008, p. 118-119)

Por assim dizer a modernização conservadora, sob o comando do grande capital e do Estado autocrático burguês, possibilitou o ingresso do Serviço Social no circuito acadêmico<sup>6</sup>, como salienta Netto (2008), e a mudança do perfil profissional: “exige-se um assistente social ele mesmo ‘moderno’ – com um desempenho onde traços ‘tradicionais’ são deslocados e substituídos por procedimentos ‘racionais’” (Idem, p. 123).

<sup>5</sup> De acordo com Aguiar (1982) o neotomismo elaborou um pensamento coerente e harmônico partindo do pressuposto de que a primeira realidade a ser explicada é Deus. Assim, esta corrente filosófica se caracteriza como um calço mais consistente à Igreja nos seus confrontos, também pela via da doutrina social, com a modernidade.

<sup>6</sup> Ainda com o que informa Netto (1999), “como resultado da Reforma Universitária imposta pela ditadura, o Serviço Social legitimou-se no âmbito acadêmico, surgiram os cursos de pós-graduação (primeiro os mestrados e depois, nos anos 80, os doutorados; também foram fomentadas as especializações)” (Netto, 1999, p. 11).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ainda para Netto, no contexto da modernização conservadora, a base de legitimidade profissional é redefinida ao passo que se redefinem as exigências do mercado de trabalho e o quadro de formação para ele. “É neste contexto que se desenvolve a renovação do Serviço Social: ela fornece as balizas histórico-sociais e ideoculturais, no interior das quais a profissão experimentará as maiores rotações desde que surgiu no país”. (Idem, 2008, p. 127). Não à toa que,

Representando os interesses do grande capital monopolista nativo e estrangeiro (particularmente o norte-americano), a ditadura brasileira deixou uma herança desastrosa para a massa da população - herança que até hoje hipoteca e compromete os rumos da sociedade brasileira. Porém, à diferença de outros regimes ditatoriais do Cone Sul, a brutal dominação burguesa no Brasil realizou uma ‘modernização conservadora’ que estimulou o desenvolvimento das forças produtivas e, entre outras implicações deste processo, fomentou o crescimento de instituições de ensino e pesquisa a ele funcionais. Por isto, quando da sua derrota política em 1984-1985, o país dispunha do oitavo parque industrial do mundo ocidental e de um sistema universitário que, a par do seu assombroso elitismo, operava em contados centros com expressivos padrões de qualidade acadêmica (dos quais um índice era o nível da pós-graduação). (Netto, 2005, p. 16).

Para o autor, essa observação se faz necessária ao demonstrar que os impactos da Reconceituação ocorridos no Brasil foram muito peculiares. Neste contexto, entre 1965 e 1975, a renovação do Serviço Social brasileiro, com exceção da experiência de Belo Horizonte, reduziu-se à incorporação de vetores desenvolvimentistas.

“Com efeito, o deslocamento do ‘Serviço Social tradicional’ por este viés desenvolvimentista-modernizante tornou compatível a renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial e permitiu a consolidação de um perfil profissional bastante diverso do tradicionalismo”. (Idem, p. 16).

A transição entre os anos 1970 e 1980, em que se efetiva a reativação do movimento operário-sindical e o “protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo”. (Idem, p. 17). Assim, no âmbito da organização profissional se deu o fortalecimento da articulação nacional expressa nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, instância maciça de representatividade da categoria profissional, em relação à formação acadêmica, foi instituído o currículo de âmbito nacional e ainda se deu a consolidação da pós-graduação (mestrado e doutorado).

A aproximação com a teoria social crítica, possível a partir do sistema universitário em todos os níveis, se deu “a partir do espírito próprio da Reconceituação”. (Netto, 2005, p. 17). É com base nessa constatação que é possível afirmar a consolidação do Serviço Social crítico no Brasil “como herdeiro do espírito da Reconceituação: comprometidos com os interesses da massa



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na pesquisa". (Idem, p. 18).

Portanto, a existência do Serviço Social crítico, expresso no projeto ético-político, resulta “da luta contra o pragmatismo, o conservadorismo e a suposta neutralidade defendidos pelo Serviço Social tradicional” (Santos, 2010, p. 708). Ainda os elementos que o constituem no processo sócio-histórico da profissão são assim definidos por Braz e Teixeira (2009): explicitação de princípios e valores éticos; consolidação da matriz teórico-metodológica marxista; crítica radical da ordem social vigente, manifestando-se, como já mencionamos, nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através da aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Embora a contestação da classe trabalhadora não colocasse em xeque a ordem capitalista, possibilitou a ampla mobilização de setores populares, à luta pela ampliação da participação cívico-política, bem como a chamada redemocratização da sociedade. Mesmo não sendo objetivo deste estudo, é preciso localizar que a renovação do Serviço Social situada, sobretudo, na recusa e crítica ao conservadorismo profissional, aludida anteriormente, tem seu fundamento nas novas requisições profissionais postas pelo Estado desde o contexto da ditadura militar<sup>7</sup>.

Conforme Netto salienta, tais condições vinculam-se sobretudo à reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital (Netto, 2008, p. 118; 119)

Por assim dizer, a modernização conservadora levada a efeito pela ditadura militar sob o comando do grande capital e do Estado autocrático burguês, possibilitou de um lado o ingresso do Serviço Social no circuito acadêmico<sup>8</sup>, como salienta Netto (2008), bem como a mudança do perfil profissional em que: “exige-se um assistente social ele mesmo ‘moderno’ – com um desempenho onde traços ‘tradicionais’ são deslocados e substituídos por procedimentos ‘racionais’” (Idem, p. 123). No contexto da modernização conservadora, redefine-se a base de legitimidade profissional ao se redefinirem as exigências do mercado de trabalho e o quadro de formação para ele. É neste

---

<sup>7</sup> Dentre estas requisições se encontram a efetivação de políticas sociais permeadas de contradição, ao passo que representam conquistas por parte da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que são travestidas de concessões do Estado. Concessões estas que têm, sobretudo, a finalidade de manter a regência do capital sobre o trabalho. Assim, o desenvolvimento das políticas sociais requisitam tanto profissionais que as elaborem, quanto as executem, e é nesta execução que se centra o surgimento do Serviço Social, cuja função na sociedade de acordo com Marilda Iamamoto (2008) remete fundamentalmente à execução terminal de políticas sociais.

<sup>8</sup> Ainda com o que informa Netto (1999) “como resultado da Reforma Universitária imposta pela ditadura, o Serviço Social legitimou-se no âmbito acadêmico, surgiram os cursos de pós-graduação (primeiro os mestrados e depois, nos anos oitenta, os doutorados; também foram fomentadas as especializações)” (Netto, 1999, p. 11)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

contexto que se desenvolve a renovação do Serviço Social: ela fornece as balizas histórico-sociais e ideoculturais no interior das quais a profissão experimentará as maiores rotações desde que surgiu no país (Idem, 2008, p. 127)

Para Tonet, desde este contexto “a tônica da teorização e o impulso à prática no Serviço Social têm sido no sentido de um compromisso mais acentuado com a crítica e a transformação radical dessa ordem social” (s/n, p. 2) pela primeira vez e de maneira exclusiva, ainda que não hegemonicamente no corpo profissional, uma profissão pauta a problemática da “questão social”, luta de classes, exploração da força de trabalho, etc., concatenada ao debate da emancipação humana, que possa desencadear uma sociedade efetivamente justa e livre.

Não por coincidência foram estes os principais fatores históricos que incidiram na recusa ao conservadorismo da profissão, que propiciaram as bases para a construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. Por meio dele, pela primeira vez parte da categoria profissional pode posicionar-se contrária ao sistema capitalista, e tencionar por parte da profissão, a relação antagônica entre as classes sociais que efetivam esta sociabilidade, colocando-se no horizonte da classe trabalhadora.

Portanto, com base em Netto (2008), pode-se considerar que a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação, mesmo abortada pela contextualidade política, expressa como resultado da crítica ao tradicionalismo e construção clara de alternativa, é a prova cabal de que a Reconceituação continua viva.

## I. CONSIDERAÇÕES

Com a realização deste trabalho tornou-se possível compreender que a aproximação de Portugal, ainda que limitada, com o Movimento de Reconceituação da América Latina e demais movimentos contestatórios na Europa e América do norte foi determinante para o Serviço Social português, dos anos 1960.

A renovação preconizada a partir do referido movimento se expressou de forma intensa nos países latino-americanos, suscitando diferentes debates e elaborações teóricas. Netto, (2005) ao questionar a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimentismo, ocasiona uma reflexão colocada como problema à intervenção profissional cuja gênese é condicionada pelo projeto social da Igreja Católica, e por pressupostos neotomistas e positivistas.

À realidade de Portugal, essa premissa condiciona o questionamento ao Serviço Social tradicional e marca a consolidação de sua renovação, particularmente, expressa como uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

perspectiva que se opõe ao tradicionalismo. Ainda sobre a relação estabelecida entre Portugal e o Brasil no que toca à renovação caracterizada como a oposição crítica ao tradicionalismo, a aproximação de autores brasileiros como Paulo Freire, Vicente Faleiros intensificam o questionamento dos assistentes sociais portugueses ligados à formação e à ação.

Contudo, de modo peculiar e diferente da renovação caracterizada em Portugal, no Brasil, cuja clareza dos pressupostos teóricos e metodológicos, dada pela superação do marxismo sem Marx, efetivaram transformações importantes desde a inscrição do Serviço Social no Brasil e de sua posterior circunscrição no circuito acadêmico.

Assim, nos é possível entender que a renovação crítica possível à profissão não se limita apenas à concepção de ideias reconceituadas e de oposição ao tradicionalismo. Sem os fundamentos e a compreensão da verdadeira contribuição do Serviço Social a partir de sua inserção na sociedade de classes e das condições acadêmicas e científicas que permitam a análise do país, se opor ao tradicionalismo caracteriza apenas uma tendência que, como tal, inclina-se a ser questionada como inviável por ideias pautadas no (neo) conservadorismo e nas postulações pós-modernos, que enxergam a perpetuação da presente lógica do capital sem, assim superá-la.

## Referências

CARVALHO, Maria Irene; Pinto; Carla. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. Ser. Soc. Soc. São Paulo, n. 121, p. 66-94. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JVN6d7LtwcHmnk9dfnx46Sd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 16 agosto de 2024.

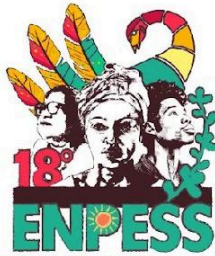
FERREIRA, Maria Emília. A HISTÓRIA PELO AVESSE: A reconfiguração do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais/organização Marilda Vilela Iamamoto, Cláudia Mônica Santos. – 1. Ed. – São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021. In: p. 319-342.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. 23. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, A. A HISTÓRIA PELO AVESSE: A reconfiguração do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais/organização Marilda Vilela Iamamoto, Cláudia Mônica Santos. – 1. Ed. – São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021. In: p. 345-366.

MARTINS, A. Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português. Beja: Encadernação Progresso, 2010.

NETTO, José Paulo. Movimento de Reconceituação 40 anos depois Ser. Soc. Soc. São Paulo, n. 84, 2005 in: p. 05-20.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Serviço social e Ditadura: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 17ª edição. 2015

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTEL, Edlene & COSTA, Gilmaisa M. da. Questão Social: novas formas, velhas raízes. In: Serviço Social em Debate: Ser Social, Trabalho, Ideologia. Maceió, EDUFAL, 2011.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. –Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 107 – 122

TONET, Ivo. O grande ausente. 2013. Disponível em:  
<<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/nyF6M1O4u34Z3bA49Gt2.pdf>> Acesso em: 23 de agosto de 2024.



---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social